

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A INTERAÇÃO MULTIPLATAFORMA NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS. CAMPI ANÁPOLIS.

Marcos André Ribeiro¹

Adriano Gouveia Lima²

Valdir Lopes Cavalcante³

Gracy Tadeu Ferreira⁴

Aurea Marchetti Bandeira⁵

Wendell Ribeiro Quintino⁶

Evellyn Thiciane Macêdo Coêlho⁷

Karla de Souza Oliveira⁸

José Rodrigues Ferreira Junior⁹

RESUMO

Este artigo propõe refletir sobre o papel do professor do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Evangélica sua interação com os sistemas multiplataforma, destacando a necessidade de equilibrar inovação tecnológica e consciência humanística no ensino jurídico. Apesar da crescente influência de algoritmos e ferramentas digitais, defende-se que a missão do professor transcende a mera transmissão de conteúdo, exigindo proximidade com os alunos e sensibilidade às suas demandas individuais. No ano de 2024 se acelerou a adoção de recursos tecnológicos, como plataformas digitais e sistemas multiplataforma, que hoje integram o cotidiano acadêmico. No entanto, é essencial reconhecer que tais ferramentas são complementares, não substitutas da inteligência humana, especialmente em áreas como o Direito, onde a percepção de justiça é intrinsecamente subjetiva. O texto também explora a experiência Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Evangélica de Goiás, que utiliza sistemas como PROJUDI, PJE e SEEU, aliados a ferramentas de comunicação e à IA generativa (como *ChatGPT* e *DeepSeek*), evidenciando benefícios práticos sem abrir mão da dimensão ética e social da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação jurídica; Consciência crítica; Multiplataforma; Algoritmo; Transformação social.

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea exige que docentes do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás (UniEVANGÉLICA) harmonizem tradição e inovação. Se, por um lado, a era digital introduziu ferramentas que otimizam processos educacionais, por outro, a consciência humanística permanece como pilar irrenunciável. Nesse cenário, multiplataformas — sistemas que integram diferentes tecnologias em uma única interface — ganham relevância. No contexto universitário, elas permitem a conexão de ambientes digitais

¹ Professor Especialista do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: markcosribeiro@hotmail.com

² Professor Mestre do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: adriano.lima@docente.unievangelica.edu.br

³. Professor Especialista do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: valdircavalcante.adv@gmail.com

⁴ Professora Mestra do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: gracy.ribeiro@unievangelica.edu.br

⁵ Professora Mestra no Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: aureamarchetti@gmail.com

⁶ Professor Especialista. do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: wendellrquintino.adv@gmail.com

⁷ Professora Mestra no Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: evellyn.coelhosantos@gmail.com

⁸ Professora Mestra no Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: karlasouza.oliveira@gmail.com

⁹ Professor Mestre do Curso de Direito da Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: jose.junior@docente.unievangelica.edu.br

(como plataformas de processo judicial eletrônico) com recursos de comunicação e análise de dados, ampliando as possibilidades pedagógicas.

O Núcleo de Prática Jurídica da UniEVANGÉLICA exemplifica essa integração, utilizando sistemas como PROJUDI (sistema do Tribunal de Justiça de Goiás), PJE (Justiça Eletrônica), SEEU (protocolo unificado na execução penal) e ferramentas como e-mail institucional, *chatbots* (*ChatGPT*) e plataformas de pesquisa (*DeepSeek*).

Essas soluções não substituem o papel do professor, mas reforçam a importância de uma formação jurídica alinhada às demandas tecnológicas e sociais do século XXI e, desde que sejam percebidas e usadas de forma acadêmica, podem ser úteis no processo de ensino e aprendizagem.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A relação entre educador e aluno no Direito transcende a sala de aula. Com a digitalização, surgiram desafios como o distanciamento humano e a excessiva dependência de algoritmos.

É crucial lembrar que algoritmos carecem de consciência: seguem padrões matemáticos, sem capacidade crítica ou sensibilidade a contextos sociais. Por isso, a percepção de justiça — baseada em valores éticos e humanos — não pode ser delegada a máquinas.

No escritório modelo da UniEVANGÉLICA, as multiplataformas são empregadas como ferramentas de apoio, nunca como fins em si mesmas.

Por exemplo, o uso do PJE, que é o sistema de plataforma do processo judicial eletrônico permite que alunos atuem processos reais, enquanto o *ChatGPT* auxilia na elaboração de peças jurídicas, desde que supervisionado por docentes. Nota-se que é um mero auxílio e jamais substitui a prática jurídica conduzida pelo professor que está sempre lado a lado com o aluno.

Essa sinergia entre tecnologia e mentoria humana potencializa o aprendizado, preparando discentes para atuar em um mercado saturado de inovações, mas ainda dependente de decisões éticas e críticas.

DISCUSSÃO

A adoção de sistemas integrados no escritório modelo traz vantagens claras como eficiência, inovação e uso de ferramentas eletrônicas, hoje indispensáveis no processo de ensino e aprendizagem.

Eficiência visa a automatização de tarefas repetitivas (como protocolos via SEEU), liberando tempo para debates e reflexões críticas.

Acesso à realidade prática no PROJUDI aproxima os alunos de dinâmicas forenses reais sendo que, o processo é real e apresentado ao acadêmico via uma plataforma integrada com todas as unidades de

processamento judiciário.

Interdisciplinaridade eletrônica como Ferramentas como *ChatGPT* e *DeepSeek* estimulam a pesquisa rápida, desde que usadas com orientação pedagógica.

No entanto, é imperativo ressaltar que essas plataformas não substituem a inteligência humana. Algoritmos podem processar dados, mas não interpretam nuances culturais ou emocionais inerentes aos casos jurídicos. A consciência do educador é insubstituível na formação de profissionais capazes de equilibrar técnica e empatia.

PERSPECTIVAS FUTURAS E DESAFIOS

A evolução contínua das plataformas digitais e a crescente presença da inteligência artificial no ensino jurídico trazem consigo desafios e oportunidades. O Núcleo de Prática Jurídica da UniEVANGÉLICA tem se mostrado alinhado a estas realidades ao integrar essas tecnologias de forma pedagógica, mas é necessário um olhar atento às tendências emergentes. A introdução de ferramentas baseadas em aprendizado de máquina, como a análise preditiva de decisões judiciais, apresenta um campo fértil para inovação. No entanto, é preciso cautela quanto à sua aplicabilidade e ética no ensino, evitando a formação de juristas excessivamente dependentes de soluções automatizadas e sem um olhar crítico e detalhado frente as demandas sociais existentes.

Outro desafio relevante é o desenvolvimento de habilidades socioemocionais em um ambiente altamente digitalizado. O contato humano, essencial na prática jurídica, não pode ser diluído pela interface tecnológica. Assim, o papel do professor como mediador e orientador permanece vital, inclusive atento aos desafios surgidos com a inteligência artificial. A responsabilidade não reside apenas na transmissão de conhecimento técnico na área tecnológica, mas também na formação de profissionais com senso crítico e capacidade empática.

A necessidade de formação contínua para os docentes é igualmente premente. Com as plataformas evoluindo rapidamente, é imprescindível que os educadores do Núcleo de Prática Jurídica sejam capacitados para utilizar essas ferramentas de forma ética e eficaz, sem perder de vista o caráter humanístico da educação jurídica. Isso inclui o domínio de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias de ensino que integrem de forma harmoniosa o digital e o presencial, facilitando, por exemplo a pesquisa e a análise de julgados dos tribunais brasileiros.

Acredita-se que o futuro do ensino jurídico passará pela consolidação dessa abordagem híbrida, que combina tecnologia avançada e interações humanas significativas. A experiência adquirida no Núcleo de Prática Jurídica, aliada a um compromisso constante com a inovação responsável, pode servir de modelo para

outras instituições de ensino superior. Assim, o compromisso ético e pedagógico permanece como norte, garantindo que a transformação digital seja um meio e não um fim em si mesma na formação de profissionais do Direito.

CONCLUSÃO

O sistema multiplataforma, quando bem aplicado, é um aliado do ensino jurídico. Na UniEVANGÉLICA, a integração de tecnologias como PROJUDI, PJE e SEEU com ferramentas de IA generativa demonstra que inovação e humanismo podem coexistir. Contudo, o sucesso depende da mediação docente: é o professor quem orienta os alunos a usar criticamente essas ferramentas, evitando a alienação tecnológica.

A justiça, como expressão máxima do Direito, exige consciência — qualidade exclusivamente humana. Algoritmos podem acelerar processos, mas jamais substituirão a capacidade de julgar com equidade. Assim, a educação jurídica na era digital deve ser um constante diálogo entre eficiência tecnológica e responsabilidade social, garantindo que a formação de advogados e juristas permaneça ancorada em valores éticos e transformadores.

REFERÊNCIAS

FERACINE, Luiz. **Professor Como Agente De Mudança Social**. Epu - Nacionais; 1ª edição. 1990.

HARARI, Yuval Noah. Nexus: **Uma breve história das redes de informação, da Idade da Pedra à inteligência artificial**. Ed. Companhia das Letras. 2025.

HARARI. Yuval Noah. **Sapiens** – Uma Breve História da Humanidade. 29ª Edição. Editora Harper. 2015

INOVAÇÃO, Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação. **O futuro das profissões jurídicas:** você está preparado? – Sumário Executivo da Pesquisa Qualitativa “Tecnologia, Profissões e Ensino Jurídico. São Paulo: FGV Direito SP, 2018. Acesso em: 10 jan. 2025.